

4468

Índia critica na Assembléia a esterilização das pataxós

Ivana Braga

Foi o depoimento da índia Ilza Rodrigues da Silva, da Tribo Pataxó do município de Pau Brasil, o que causou maior impacto durante a sessão especial que a Assembléia Legislativa realizou ontem para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. A uma platéia composta por políticos, intelectuais e representantes de movimentos de luta em favor da mulher, Ilza Rodrigues reforçou as denúncias de esterilização de índias da Tribo Pataxó, em troca de votos, que teria sido patrocinada pelo deputado federal baiano Roland Lavigne (PFL) durante a campanha eleitoral.

Ilza Rodrigues não se limitou apenas a acusar o deputado de ser autor do crime contra mulheres da sua tribo, mas afirmou que a ação de Roland Lavigne teria como objetivo não só obter votos, mas defender os interesses de fazendeiros da região

que cobiçam as terras indígenas. "Eles querem a nossa extinção para ficar com nossa terras. Nós somos os verdadeiros proprietários das terras que estão nas mãos de fazendeiros, que querem a nossa retirada da área", acusou a índia.

Segundo seu relato, a parceria do deputado federal com os fazendeiros da região busca eliminar os índios, permitindo que suas terras sejam definitivamente ocupadas. "Nos sentimos oprimidos ao vermos como as coisas funcionam", desabafou Ilza Rodrigues, pedindo a punição de Roland Lavigne. "Como deputado, ele conhece os direitos dos cidadãos", afirmou a índia, para quem o deputado "tem consciência do crime que cometeu, abusando da confiança e explorando a ingenuidade dos pataxós".

Apesar de aplaudido, o depoimento de Ilza Rodrigues foi bruscamente interrompido pela deputada Sônia Fontes (PFL), que ten-

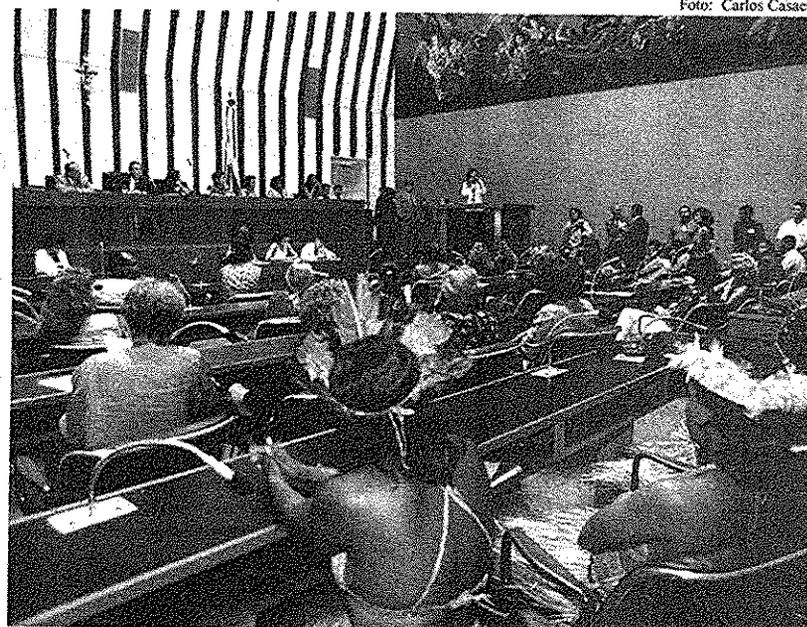


Foto: Carlos Casaes

Sessão especial em homenagem à mulher foi das mais concorridas

tou impedir o relato da índia vítima do comportamento de Lavigne. A interrupção causou constrangimento e revolta entre os presentes. A sessão, uma das mais concorri-

das já realizadas no Legislativo baiano, foi proposta pela presidente da Comissão Especial da Mulher da Assembléia Legislativa, deputada Alice Portugal.